AMOSTRA GRATUITA

O edital diz o que pode cair.
As provas mostram o que cai.

Conheça o catálogo que reúne, prova a prova, os temas cobrados nas discursivas e sentenças da magistratura estadual e federal.



CATÁLOGO PRINCIPAL | 2021 A 2026

45	347	88
provas	questões discursivas	sentenças

\+ Bônus em arquivo separado: 31 provas de 1999 a 2020, com 350 discursivas e 48 sentenças

ELABORADO E ORGANIZADO POR

Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

O PROBLEMA

A segunda fase não perdoa uma revisão no escuro.

O programa da magistratura é enorme e o tempo entre a objetiva e a escrita é curto. Quem chega à discursiva e à sentença sem saber o que cada banca costuma exigir estuda tudo com o mesmo peso e corre o risco de errar a mão justamente no que mais cai.

✕ Provas espalhadas

Cadernos e espelhos estão dispersos em sites de bancas, tribunais e cursos, em formatos diferentes.

✕ Espelhos difíceis de achar

Muitos só aparecem na fase de recursos e somem depois. Sem eles, fica difícil saber o nível de detalhe esperado.

✕ Levantamento demorado

Ler, comparar e anotar dezenas de provas consome um tempo que deveria ir para o estudo.

✕ Revisão sem critério

Sem o histórico de cobrança, a revisão segue impressões, e não o que a banca de fato pede.

A SOLUÇÃO

Todas as provas lidas, organizadas e prontas para consulta.

O **Catálogo Temático de Provas da Magistratura Estadual e Federal** mapeia, prova a prova, o que foi cobrado nas discursivas e nas sentenças dos concursos aplicados de 2021 a 2026, a partir dos cadernos e dos espelhos oficiais. Cada questão aparece com a matéria, o tema e os pontos exigidos. Cada sentença, com a controvérsia central e as questões que precisavam ser resolvidas.

✓ Revisão com direção

As matérias e os temas que mais caem, por ramo da Justiça e por banca.

✓ Casos reais mapeados

88 sentenças, e mais 48 no bônus, com a controvérsia central e as questões a resolver.

✓ Visão panorâmica

O levantamento está pronto e organizado, o que permite revisar com mais rapidez.

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações. O conteúdo integral é de uso exclusivo de quem adquire o catálogo.

O QUE VOCÊ RECEBE

Um material completo, do panorama ao detalhe de cada prova.

PARTE PRINCIPAL: 2021 A 2026

- ✓ **45 provas** de 26 tribunais, incluídos os 6 TRFs
- ✓ **347 questões discursivas** com tema e pontos cobrados
- ✓ **88 sentenças** cíveis e penais destrinchadas
- ✓ Panorama estatístico por matéria, ramo da Justiça e banca
- ✓ Quadro sinótico das sentenças lado a lado
- ✓ Índice das discursivas por matéria
- ✓ Sumário clicável e avisos sobre espelhos não divulgados

BÔNUS

+31 provas

aplicadas de 1999 a 2020

Mais 350 questões e 48 sentenças, catalogadas com o mesmo método, para ampliar o histórico de cada tribunal.

Somados o catálogo principal e o bônus: 76 provas, 697 questões discursivas e 136 sentenças.

Tribunais e anos incluídos

Parte principal (2021 a 2026). Ao lado de cada tribunal, os anos das provas catalogadas.

TJAM 2025	**TJAP** 2022	**TJBA** 2026
TJCE 2025	**TJDFT** 2023	**TJES** 2023
TJGO 2021, 2023, 2026	**TJMA** 2022	**TJMG** 2022
TJMS 2023, 2025	**TJMT** 2025	**TJPA** 2026
TJPE 2022, 2025	**TJPR** 2021, 2023, 2026	**TJRJ** 2021, 2023, 2025, 2026
TJRS 2022	**TJSC** 2022, 2024, 2025	**TJSE** 2025
TJSP 2021, 2023, 2024, 2026	**TJTO** 2025	**TRF1** 2023, 2025
TRF2 2024, 2026	**TRF3** 2022, 2025	**TRF4** 2022
TRF5 2025	**TRF6** 2026	

No bônus: TJAC, TJAL, TJAM, TJBA, TJCE, TJMG, TJMS, TJPA, TJPB, TJPE, TJPR, TJRO, TJRR, TJSC, TJSP, TRF2, TRF3 (1999 a 2020).

DESTAQUE ESPECIAL

Vai fazer TJMG, TJSP ou TJSC? Veja como cada um cobra há anos.

TJMG
12 PROVAS | 1999 A 2022
266 discursivas | **12** sentenças
2 no catálogo | 10 no bônus

TJSP
187º AO 192º CONCURSO
30 discursivas | **12** sentenças
4 no catálogo | 2 no bônus

TJSC
8 PROVAS | 2013 A 2025
36 discursivas | **14** sentenças
4 no catálogo | 4 no bônus

Somadas as provas do catálogo principal e do bônus.

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações. O conteúdo integral é de uso exclusivo de quem adquire o catálogo.

AMOSTRA DO CATÁLOGO | PROVA COMPLETA

Veja como cada prova é apresentada.

Trecho real e integral do catálogo: a prova do TJSP 2026 (192° Concurso), com todas as discursivas e as duas sentenças. É uma das 45 provas do catálogo principal.

TJSP 2026

Tribunal de Justiça de São Paulo | Justiça Estadual

192° Concurso
Banca: VUNESP

Prova discursiva 5 questões

Nº	Área	Tema central e pontos cobrados
1	Direito Penal (dissertação)	**Das medidas de segurança** Sistemas duplo binário e vicariante; natureza jurídica; pressupostos (inimputabilidade/semi-imputabilidade, periculosidade, fato típico e ilícito); duração indeterminada x isonomia e proporcionalidade (limite de 40 anos/STF; Súmula 527/STJ); cessação da periculosidade e desinternação condicional (art. 97, §3°, CP); inviabilidade de conversão em pena; detração; pena de multa
2	Direito Civil	**Contratos de longa duração ("o tempo está na causa do contrato")** Contratos relacionais e de duração; dinâmica, revisão e dissolução; boa-fé e cooperação
3	Direito Tributário	**Princípio da capacidade contributiva** Conceito, evolução e relação com a igualdade; aplicação a impostos, taxas e contribuição de melhoria; não confisco e multas; mínimo vital
4	Direito da Criança e do Adolescente	**Internação à luz da proteção integral** Espécies de internação; requisitos (art. 122 ECA); excepcionalidade, brevidade e substituição por outras medidas
5	Direito Processual Civil	**Representação, sucessão e substituição processual** Alienação da coisa litigiosa (art. 109 CPC); extinção da pessoa jurídica e falecimento de representante; extensão da coisa julgada ao adquirente e defesas oponíveis após o trânsito (art. 123 CPC)

Provas de sentença

SENTENÇA CÍVEL

Divórcio litigioso cumulado com guarda, alimentos e partilha; reconvenção por dano moral fundado em adultério

Divórcio sem culpa; guarda compartilhada como regra (art. 1.584, §2°, CC) x guarda alternada; cumulação de alimentos aos filhos com o divórcio; base de cálculo (13°, terço de férias, horas extras, verbas rescisórias remuneratórias); separação obrigatória do septuagenário afastada por união estável anterior (REsp 1.318.281); partilha: FGTS, aquesto financiado, bens adquiridos com proventos (art. 1.659, VI) e após a separação de fato; partilha de bens não indicados na inicial sem reconvenção; bem em nome de terceiro; benfeitorias em bem particular (art. 1.660, IV); dano moral por adultério (cabimento da reconvenção, documento impugnado - arts. 428 e 429 CPC); sucumbência em ação e reconvenção

SENTENÇA PENAL

Violência doméstica: lesão corporal (art. 129, §13), ameaça (art. 147, §1°) e descumprimento de medidas protetivas (art. 24-A, duas vezes)

Ação penal pública incondicionada (Súmula 542/STJ) e rejeição da decadência; prova da lesão por prontuário (inépcia afastada); embriaguez voluntária (actio libera in causa); vias de fato x lesão; consentimento da vítima irrelevante no art. 24-A; legítima defesa; ameaça como crime formal; tolerância à condenação pelo art. 150 CP; dosimetria (maus antecedentes x reincidência específica; continuidade entre os descumprimentos; concurso material); vedação de substituição (Súmula 588/STJ); regime; reparação mínima (art. 387, IV, CPP); prisão preventiva

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações. O conteúdo integral é de uso exclusivo de quem adquire o catálogo.

AMOSTRA DO CATÁLOGO | JUSTIÇA FEDERAL

Também na Justiça Federal.

A prova do TRF6 2026, com todas as questões discursivas e a sentença cível.

TRF6 2026

Tribunal Regional Federal da 6ª Região | Justiça Federal — Banca: FGV

Prova discursiva 7 questões

Nº	Área	Tema central e pontos cobrados
1	Direito Administrativo	**Mandado de segurança contra dirigente de empresa pública federal em concurso (isenção de taxa para doador de medula)** Cabimento do MS contra ato de concurso de estatal (Tema 722/STF; art. 1º, §1º, da Lei 12.016/2009); competência da Justiça Federal na fase pré-contratual (Tema 992/STF); exigência de cadastro no REDOME legítima (Lei 13.656/2018)
2	Direito Penal / Processual Penal	**Pornografia infantil na internet e estupro de vulnerável** Requisitos de competência federal (Tema 393/STF); conexão instrumental e Súmula 122/STJ; armazenamento não absorvido pelo compartilhamento; estupro não absorvido pela produção; dados em nuvem no exterior: art. 11 do Marco Civil, desnecessidade de MLAT (ADC 51)
3	Direitos Humanos	**Incidente de deslocamento de competência (IDC)** EC 45/2004 (art. 109, §5º); STJ e PGR; três requisitos cumulativos; compatibilidade com pacto federativo e juiz natural (ADIs 3.486 e 3.494); desnecessidade de lide internacional
4	Direito Tributário	**Reforma tributária (EC 132/2023)** Neutralidade do IBS (não cumulatividade plena, crédito financeiro, desoneração de exportações e investimentos); Imposto Seletivo como tributo extrafiscal; tributação no destino; vedação de incentivos e regimes favorecidos (fim da guerra fiscal)
5	Ética e Estatuto da Magistratura	**Juiz que vende cursos preparatórios e de advocacia e os divulga em rede social** Limites do magistério (art. 95, par. único, I, CF; LOMAN); coaching e atividade empresarial; coaching e mentoria (Resolução CNJ 650/2025); juízo depreciativo sobre decisões de colegas (art. 36, III, LOMAN; art. 12, II, do Código de Ética; Resolução CNJ 305/2019); forma de divulgação em rede social
6	Execução Fiscal	**Penhora sobre o faturamento** Não equiparação a dinheiro; requisitos (excepcionalidade, administrador, percentual que não inviabilize a atividade - Tema 769/STJ); menor onerosidade (art. 805 CPC) x efetividade; possibilidade com bens de difícil alienação
7	Direito Previdenciário	**Aposentadoria especial e EPI eficaz** Ruído e agentes cancerígenos (Tema 555/STF); ônus da prova e inversão (Tema 1.090/STJ); dúvida sobre eficácia do EPI favorece o segurado; interesse de agir com requerimento administrativo incompleto (Tema 1.124/STJ)

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações. O conteúdo integral é de uso exclusivo de quem adquire o catálogo.

Provas de sentença

SENTENÇA CÍVEL

ACP ambiental em fazenda situada em parque nacional não desapropriado: supressão de vegetação em nascente e extração de areia por arrendatária

Competência federal (UC federal ainda não regularizada; ICMBio no polo); legitimidade do MPF; obrigação propter rem do adquirente (Tema 1.204/STJ; Súmula 623/STJ) e solidariedade do proprietário arrendante como poluidor indireto (art. 3º, IV, Lei 6.938/1981); denunciação da lide incabível em ACP ambiental; imprescritibilidade da reparação (Tema 999/STF); atribuição fiscalizatória do ICMBio (Lei 11.516/2007; LC 140/2011); decreto de criação da UC não caduca e caducidade da declaração de utilidade pública atinge só a desapropriação; independência das instâncias e responsabilidade objetiva (risco integral); título minerário da ANM não dispensa licença ambiental; dano moral coletivo pedido em alegações finais (estabilização da demanda); cumulação de fazer e indenizar (Súmula 629/STJ); dano interino até a recuperação, apurado em liquidação; obrigação do ICMBio de desapropriar e separação de Poderes (RE 684.612); PRAD; honorários periciais; ausência de honorários em ACP (art. 18 LACP); remessa necessária

A sentença penal desta prova está no material completo

No material completo: as outras 43 provas do catálogo principal, o bônus com mais 31 provas, o panorama estatístico da segunda fase, o quadro sinótico das sentenças e o índice das discursivas por matéria.

QUEM ORGANIZOU



Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

Analista Judiciária Federal · Assistente técnica em gabinete de Desembargadora Federal

A concepção deste catálogo decorre da convergência entre a prática da assessoria em gabinete, voltada à identificação precisa das teses determinantes para a resolução de controvérsias complexas, e o exame sistemático dos espelhos de correção das bancas examinadoras da Magistratura. Cada enunciado e cada espelho disponível foram submetidos a análise técnica individual, com a extração objetiva dos dispositivos legais, das súmulas e dos precedentes exigidos nas provas discursivas e de sentença.

Aprovada em nove concursos públicos, entre eles:

2024 TRF da 3ª Região
Analista Judiciária, Área Judiciária (41º lugar) e Técnica Judiciária (27º lugar)

2022 TJDFT
Analista Judiciária, Área Judiciária, e Técnica Judiciária, Área Administrativa

2021 Câmara Municipal de Igarapava/SP
Procuradora Legislativa

2018 TRT da 15ª Região
Técnica Judiciária, Área Administrativa

2018 DAAE de Araraquara/SP
Procuradora Autárquica

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações. O conteúdo integral é de uso exclusivo de quem adquire o catálogo.

ESTA FOI SÓ UMA AMOSTRA

Chegue à segunda fase com o mapa do que *as bancas cobram.*

Catálogo principal: 45 provas de 2021 a 2026.
Bônus, em arquivo separado: mais 31 provas de 1999 a 2020.

COMO GARANTIR O SEU

Aponte a câmera para o código ou acesse o link:
pay.kiwify.com.br/lpxavKD

PREÇO DE LANÇAMENTO

de ~~R$ 199,00~~ por **R$ 127,00**

ELABORADO E ORGANIZADO POR

Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações. O conteúdo integral é de uso exclusivo de quem adquire o catálogo.